

FOLCLORE/CULTURA POPULAR: Aspectos de sua História

Cáscia Frade

Falar da história do Folclore, mesmo sucintamente, é rastrear a trajetória dos estudos sobre ele. E neste sentido, chama nossa atenção a revelação de Burke (1989), que afirma ter surgido o interesse pela cultura popular no momento em que ela tendia a desaparecer, sob o impacto da revolução industrial.

Segundo historiadores do período medieval, o que existia antes era a cultura da maioria, transmitida informalmente nos mercados, nas praças, nas feiras e nas igrejas, aberta portanto a todos. Tanto a nobreza quanto a aristocracia participavam do carnaval e de outras festividades, juntamente com os "não nobres". Também o clero adotava procedimentos pouco ortodoxos, na celebração das festas de Santos, usando máscaras, dançando, cantando, tocando instrumentos no interior das igrejas. Palhaços que freqüentavam as tavernas eram também aceitos nas cortes. Muitos curandeiros eram protegidos pelas classes altas, que utilizavam seus serviços devido à escassez de médicos. O gosto pelos romances de cavalaria e pelas canções populares era dividido entre nobres e camponeses. Elite e povo assistiam aos mesmos sermões, gostavam das baladas (gênero literário), ouviam contadores de histórias. Poetas viviam nas cortes e apresentadores tradicionais de destaque recebiam proteção das nobrezas.

Um outro aspecto significativo apontado por medievalistas é a ausência de simetria nessa interação. A elite, que aceitava livros populares, festas, etc., não associava essas práticas ao povo: se para a maioria havia uma só cultura, para a minoria havia uma outra tradição, transmitida formalmente nos liceus e restrita aos que freqüentavam estas instituições exclusivas, considerando séria a tradição clássica, e diversão, a tradição popular.

Foi em fins do século XVIII e início do XIX que ocorreu a descoberta da cultura popular, sendo definida por oposição à erudita. *Esse movimento teve início a partir dos registros de Herder e dos irmãos Grimm, na Alemanha, estendendo-se para outros países, como Rússia, Suécia, Sérvia e Finlândia, e depois Inglaterra, França, Espanha e Itália.*

A preocupação inicial foi com a poesia, considerada "da natureza"(os Grimm) ou "divina" (Herder). Posteriormente, esses mesmos pesquisadores passaram a recolher outras formas de literatura, como os contos, as lendas, as narrativas mitológicas, por ele denominadas "antiguidades populares" ou "literatura popular".

A difusão do movimento coincide com a ampliação do interesse. Outros temas, como as festas, as práticas religiosas, a música vocal e instrumental, usos e costumes do povo, mereceram pesquisas de muitos intelectuais da época.

Definida por oposição à cultura legitimada, a cultura popular foi sendo demarcada a partir de três critérios: o da verdade (conhecimento falso X conhecimento verdadeiro); o da racionalidade (contraposição de práticas aceitáveis e coerentes na sociedade estabelecida); o da convenção (código social determinando o que era legítimo ou não). Embora apresentando roupagens diferenciadas, percebe-se que o objetivo era um único, qual seja, normatizar, pelos modelos legítimos das sociedades civil e religiosa.

As ocorrências históricas, porém, não se dão de forma linear. Outros fatos se sucediam, paralela e simultaneamente, relacionados ainda com a demarcação das fronteiras entre conhecimento e ignorância.

A transformação da própria cultura erudita entre 1500 e 1800, na era da Renascença, da Reforma e Contra-Reforma, da Revolução e do Iluminismo, provocou a concepção de cultura como "algo exótico e interessante". Para Revel (1989) o estudo da cultura do povo, no início do século XVIII, se veria repartido entre uma estatística moral com sentido normativo e o folclorismo romântico.

Com o advento do movimento positivista no decorrer do século XIX, os interesses pela cultura popular eram no sentido de redescobrir os substratos do passado que dão coerência a atividade e à história humanas. "Arcaico não significa mais um passado longínquo e degradado, mas uma cadeia que deveria ser compreendida para tornar inteligível a sociedade", nos revela Burke (1989).

Foi com o nome de Folclore que a cultura popular principiou a ser sistematizada e a receber a delimitação dos marcos de suas fronteiras. O termo, um neologismo criado pelo arqueólogo William John Thoms, surgiu na Inglaterra, em 1846, duas décadas antes de Edward Tylor introduzir um termo similar, "cultura", entre os antropólogos de língua inglesa.

A palavra "Volkslieder", criada por Herder para nomear o conjunto de canções que coletara na Alemanha entre 1744 e 1778, não atendia à proposição de Thoms, que se referia aos estudos dos "usos e costumes, cerimônias, crenças, romances, superstições, refrãos", conforme declara na sua carta publica-da no jornal londrino "The Atheneum", edição do dia 22 de agosto de 1846.

A proposição de Thoms provocou interesse entre cientistas ingleses, como Andrew Lang, George Gomme e Edward Tylor. Com a participação de Thoms, fundam, em 1878, a "Folklore Society", associação científica que objetivou discutir a abrangência do termo. Concluíram com algumas proposições: I - narrativas tradicionais (contos, baladas, canções, lendas); II - costumes tradicionais (jogos, festas e ritos consuetudinários); III - superstições e crenças (bruxarias, astrologia, práticas de feitiçarias); IV - linguagem popular (nomenclatura, provérbios, adivinhas, refrões, ditos).

Esses estudos correntes na Inglaterra vão se estender a outros países da Europa, como a França (onde se destacam Paul Santyves, Arnold Van Gennep, Jean Paul Sébillot). Itália (com os estudos de Raffaele Corso e Guisepe Pitré), Bélgica (com Albert Marinus).

O movimento europeu chega ao Novo Continente, mais especificamente aos Estados Unidos, em 1888, onde é criada a "American Folklore Society", fundada por Franz Boas. Neste país, os estudos de folclore foram absorvidos pelas universidades e desenvolveram-se paralelamente à antropologia, quase como uma especialidade, gozando de autonomia.

Contextualizada num país com população eticamente diversificada, a sociedade americana propôs uma adequação da área de interesse dos estudos de folclore, estabelecendo quatro categorias principais: a) cantos, crenças, dialetos, etc., cuja importância a escola européia já apontara; b) o acervo literário de oralidade dos negros localizados nos Estados Unidos; c) os usos e costumes presentes entre as populações do México e do Canadá francês; d) contos e mitologia dos índios norte-americanos (Almeida, 1979).

Os ecos desses estudos europeus e americanos chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX, liderados por Celso de Magalhães (1849/1879), Sílvio Romero (1851/1914) e João Ribeiro (1860/1934). Seguiram-lhe Arthur Ramos (1903/1949), Amadeu Amaral (1875/1929), Mário de Andrade (1893/1945), Renato Almeida (1895/1981) e Edison Carneiro (1912/1972), dentre outros.

Os primeiros estudos no Brasil voltaram-se para a poesia popular. As pesquisas foram inicialmente conduzidas por correntes filosóficas e científicas vigentes na Europa e que marcaram época entre os intelectuais brasileiros. O positivismo e a escola alemã, orientada na linha da psicologia (*Völkerpsychologie*) foram significativas nos estudos dos fatos folclóricos em nosso país. Renato Almeida reagiu às interpretações psicológicas e propôs uma aproximação com a Etnologia ou a Antropologia Cultural. Sugeriu que se estudasse, não só a literatura, mas também outros aspectos da vida social, materiais e concretos como as artesanias, as indumentárias, os instrumentos musicais, além das formas de execução, as coreografias, os componentes rituais, e ainda as considerações econômicas, políticas, históricas e geográficas. Percebe-se então que, na concepção de Renato Almeida, no entendimento do folclore deve-se considerar "o comportamento do grupo social onde existe e as formas que revestem o fato", conforme escreveu no seu "A inteligência do folclore" (1974).

Mário de Andrade fez coro a esta proposta. Buscou interlocução com as ciências sociais e humanas, estruturou um curso de formação de folcloristas para orientar os trabalhos de campo e criou a Sociedade de Etnografia e Folclore, que organizou um guia classificatório de folclore e propôs diretrizes para equipar museus de folclore.

Circunstâncias históricas favoráveis, como a necessidade de alguma forma de atuação organizada nessa área, já expressas por estudiosos das "tradições populares" do início do século e ainda o contexto de pós-guerra, quando a preocupação com o folclore se ajusta à atuação da unesco em prol da paz mundial, estimularam Renato Almeida a assumir a presidência do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Ibccc), do Ministério do Exterior e vinculado à unesco. Renato criou então, em 1946, a Comissão Nacional de Folclore (cnf) como Comissão Nacional da própria unesco e, a partir de 1947, liderou um grande movimento em todo o território brasileiro. O ideário desse movimento encontra-se na Carta do Folclore Brasileiro, documento produzido em 1951. Nele se registra a definição de fato folclórico, conceito este estabelecido a partir de uma posição consensual dos folcloristas brasileiros.

Em decorrência das grandes transformações sociais e do avanço das ciências nos últimos decênios, estudiosos da cultura popular brasileira propuseram uma releitura da Carta de 1951, o que se realizou em Salvador, BA, no ano de 1995, no VIII Congresso Brasileiro de Folclore.

Todas essas ocorrências em torno do folclore/cultura popular parece nos revelar, como disse Burke, a existência de um objeto de grande movência, permanentemente estimulando reflexões, debates, encontros e desencontros, configurando um campo polêmico e instigante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- almeida, Renato - A inteligência do Folclore. Rio mec/Cia. Edit. Americana, 1974.
_____. Folclore. Cadernos de Folclore nº 3, Rio de Janeiro, mec/funarte, 1976.
- burke, Peter - A cultura popular na idade moderna. S. Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- darton, Robert - O grande massacre dos gatos. Geral Editora, 1988, 2ª edição.
- le goff, Jacques - Para um novo conceito de Idade Média - Tempo Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa, Ed. Estampa, 1979.
- peirano, Mariza - "A legitimidade do folclore". In: Seminário Folclore e Cultura Popular as várias faces de um debate. Rio de Janeiro, ibac, 1992.
- revel, Jacques - A invenção da sociedade. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.